



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO E. SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL

**URGENTE – LIMINAR – PREJUÍZO CONCRETO E
IMEDIATO À CONTINUIDADE DA VACINAÇÃO NO
ESTADO DE SÃO PAULO – PERIGO DE
INEXEQUIBILIDADE**

Distribuição por Dependência à ADPF 754

1. Súbita alteração da sistemática de distribuição de vacinas aos entes federativos sem qualquer explicação sobre os critérios e metodologia aplicada.
2. Metodologia disponibilizada aos Estados e Distrito Federal somente 15 (quinze) dias após a alteração dos critérios até então adotados.
3. Consequente redução abrupta, significativa e injustificada do quantitativo de doses de vacinas distribuídas ao Estado de São Paulo pelo Ministério da Saúde. Ingerência da União na gestão administrativa estadual.
4. **Prejuízo concreto à continuidade da vacinação no Estado de São Paulo e risco real de inexecução do cronograma de vacinação.**
5. Necessidade de estabelecer regra de transição para a adoção dos novos critérios, em respeito à boa-fé, à transparência e à segurança jurídica (artigo 23, LINDB), bem como de se recompor, durante o período de modulação, dos percentuais enviados a menor, assegurando-se, outrossim, o envio dos imunizantes necessários à aplicação da segunda dose.

O ESTADO DE SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 46.379.400/0001-50, por meio da Procuradora Geral do Estado e de seus Procuradores abaixo assinados, com endereço na Rua Pamplona, 227, 7º andar, Bairro Bela Vista – CEP 01405-902, comparece, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 102, I, “f”, da Constituição Federal, para ajuizar

**AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA
COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA**

em face da UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, representada pelo Advogado-Geral da União, com endereço no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Lotes 5 e 6, Brasília-DF, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

I – DA SÍNTESE DA DEMANDA, DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DESTA E. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA À ADPF 754

1. A presente ação judicial é proposta pelo **ESTADO DE SÃO PAULO** em face da **UNIÃO** com vistas à **obtenção de provimento jurisdicional, inclusive em caráter liminar, que lhe garanta:**

a) a **fixação de período mínimo de transição para a aplicação dos novos critérios de distribuição de vacinas contra a Covid-19, publicizados a partir da 34ª Pauta de Distribuição (ocorrida em 03 de agosto de 2021), observando-se o termo inicial de 12 de agosto de 2021, data em que disponibilizada publicamente a metodologia aplicada pelo Ministério da Saúde para essa alteração (art. 23, LINDB);**

b) **em razão do item “a”, a recomposição dos percentuais de distribuição de imunizantes aplicáveis ao ESTADO DE SÃO PAULO para os patamares anteriores à modificação, até que transcorra o período de transição fixado, mediante publicação imediata de pauta de distribuição suplementar;**

c) **a inaplicabilidade dos novos critérios à distribuição da segunda dose do imunizante, garantindo-se, assim, o tempestivo envio das vacinas necessárias à sua aplicação, conforme prazos previstos nas bulas e aprovados pelo órgão brasileiro regulamentar.**

2. Trata-se, portanto, de demanda que busca afiançar a efetividade prática e social do disposto no artigo 23, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, bem como dos princípios constitucionais da boa-fé objetiva, da segurança jurídica, da publicidade e da eficiência administrativa, concretizados – na espécie – no planejamento empreendido pelo **ESTADO DE SÃO PAULO** para organizar, com previsibilidade e



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

antecedência, a execução do componente estadual do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNOV) para seus mais de 46 (quarenta e seis) milhões de habitantes e 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios.

3. Feita essa breve indicação acerca do objeto da causa, afigura-se nítido seu enquadramento na hipótese do artigo 102, inciso I, alínea “f”, da Constituição da República, que assenta competir originariamente a esta Corte Suprema o julgamento das causas e conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da Administração Indireta.

4. De fato, a controvérsia versada no feito, relativa à regularidade da distribuição de vacinas do PNOV pelo Ministério da Saúde ao **ESTADO DE SÃO PAULO**, caracteriza evidente conflito federativo entre as partes, na medida em que envolve discussão nitidamente de cunho nacional, atrelada aos critérios e a metodologia utilizados pela **UNIÃO** para distribuir os imunizantes contra a Covid-19 a todos os Estados e Distrito Federal. Trata-se de competência constitucional do ente central, mas que redunde e repercute no exercício das atividades do ente estadual, para que este possa bem desempenhar suas atribuições constitucionais de defesa e proteção da saúde da população em face dos efeitos da pandemia da COVID-19.

5. Ao alterar, de forma abrupta e desacompanhada de qualquer documento capaz de demonstrar os critérios utilizados, a forma pela qual a distribuição de vacinas é feita aos entes federativos, a **UNIÃO** afrontou o pacto federativo, na medida em que – sem qualquer transparência – passou a se valer de nova metodologia de distribuição de doses de imunizantes, interferindo diretamente no planejamento dos entes subnacionais.

6. No caso do **ESTADO** autor, a alteração de critérios – desacompanhada de metodologia, repita-se – acabou por lhe penalizar ilegitimamente, criando obstáculo ao exercício regular de suas competências no enfrentamento da pandemia de Covid-19 e, ao fim e ao cabo, colocando em risco todas as pessoas cuja vida e saúde dependem da máxima eficácia da atuação do Poder Público no presente cenário de crise sanitária, notadamente em um contexto de circulação autóctone da chamada variante Delta.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

7. Conforme será exposto ao longo desta petição, a adoção dos novos critérios já retirou do **ESTADO DE SÃO PAULO**, de forma imediata e descabida, a distribuição de 228 mil doses da vacina *Pfizer/Cominarty*, as quais estavam sendo contabilizadas – à luz dos critérios até então adotados – para o planejamento estadual de execução do componente estadual do PNOV, planejamento este que envolve, como dito, a interlocução com 645 (seiscentas e quarenta e cinco) Secretarias Municipais de Saúde, impactando a vida de mais de 46 (quarenta e seis) milhões de habitantes.

8. **Não bastassem tais fatos, trata-se de decisão administrativa federal que deriva do próprio planejamento do PNOV, o qual, como é sabido, vem sendo construído, corrigido e implementado a partir da Arguição de Descumprimento Fundamental (ADPF) nº 754, o que deixa ainda mais evidente o interesse nacional na matéria e a importância de que ela seja decidida nesta instância, a fim de evitar, inclusive, a proliferação de decisões judiciais conflitantes proferidas pelas Cortes locais.**

9. **Patente, pois, a existência de conflito federativo apto a atrair a competência desta C. Suprema Corte.**

10. Ainda preliminarmente, cumpre registrar que a presente ação há de ser distribuída, por prevenção, ao e. Ministro Ricardo Lewandowski, Relator da citada ADPF nº 754, considerando o disposto no art. 69, *caput*, do Regimento Interno desse e. STF.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS

11. Desde o início da campanha de vacinação contra a Covid-19, o Ministério da Saúde – exercendo a competência que lhe é atribuída pelo PNOV – realiza a distribuição dos imunobiológicos aos Estados e ao Distrito Federal, fazendo-o por meio das chamadas “pautas de distribuição”.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

12. Ao longo de trinta e três pautas de distribuição¹, o critério objetivo utilizado para a divisão dos quantitativos percentuais das vacinas destinadas aos entes federativos baseou-se no contingente populacional, independentemente do público-alvo ou do imunizante. **Nesse cenário, o ESTADO DE SÃO PAULO – por possuir cerca de 22% (vinte e dois por cento) da população total do país² - vinha recebendo percentual equivalente ou aproximado de imunizantes do Ministério da Saúde e, com base nessa expectativa de divisão federativa de vacinas, vem coordenando, planejamento e colocando em prática o componente estadual do PNOV.**

13. Para corroborar tais informações, é trazido o quadro a seguir, contendo dados acerca dos números de doses objeto das últimas “pautas de distribuição” anteriores à 34^a, revela como a oferta de vacinas do PNOV ao **ESTADO DE SÃO PAULO** – e aos demais entes federados – vinha respeitando a proporcionalidade populacional de cada unidade federada:

Últimas Pautas de Distribuição	Doses Distribuídas pelo Ministério da Saúde para todo o Brasil	Doses Direcionadas ao Estado de São Paulo	Percentual das Doses Direcionadas ao Estado de São Paulo
33 ^a	6.638.500	1.410.420	21,2%
32 ^a	10.289.138	2.117.520	20,5%
31 ^a	8.750.170	1.838.740	21%

14. De fato, dados extraídos do sítio do Ministério da Saúde, atualizados até a 33^a pauta de distribuição³, revelam que foram distribuídas pela Pasta, para todas as unidades federadas, durante todo o PNOV, um total de **184.488.744 doses, e, desse montante, direcionadas ao ESTADO DE SÃO PAULO 41.357.529 doses, o que representa 22,4% do total.**

15. Tais números não deixam dúvida de que, desde o início da implementação do PNOV, as vacinas foram encaminhadas ao **ESTADO** autor – e aos demais entes

¹ Todas as pautas de distribuição encontram-se disponíveis no portal do Ministério da Saúde.

² Censo IBGE – Informações disponíveis em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock, acesso em 04 de agosto de 2021.

³ https://qsprod.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19Vacina/DEMAS_C19Vacina.html, acesso em 04/08/2021



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

subnacionais – levando-se em conta, grosso modo⁴, a razão da proporcionalidade populacional de cada unidade, critério objetivo, justo e equânime para orientar a divisão dos imunizantes entre os diversos entes federados.

16. No entanto, para surpresa do ESTADO autor, na última pauta de distribuição divulgada pelo Ministério da Saúde – 34ª Pauta, de 03 de agosto de 2021 – houve abrupta modificação dessa sistemática de rateio das doses encaminhadas ao ESTADO DE SÃO PAULO, especificamente em relação aos imunizantes da *Pfizer/Comirnaty*: atribuiu-se ao ESTADO DE SÃO PAULO o quantitativo de apenas 228.150 doses de vacinas da Pfizer/Comirnaty, que representa somente 10% (dez por cento) do total desses imunizantes disponibilizados na referida pauta de distribuição, o que equivale à redução pela metade da previsão de remessa desse imunizante ao Estado autor. Vale dizer: são 228 mil doses a menos da vacina na rede de saúde paulista, 228 mil pessoas que terão sua vacinação atrasada pela equivocada indicação da distribuição das doses dos imunizantes da *Pfizer/Comirnaty* nesta 34ª pauta de distribuição.

17. Vale registrar que, curiosa e inexplicavelmente, a redução percentual ocorreu apenas quanto às vacinas da *Pfizer/Comirnaty*, sendo que a distribuição dos imunizantes da *Sinovac/Butantan* – também objeto da 34ª pauta de distribuição – seguiu respeitando o percentual correspondente à população do Estado (do total de 1.199.800 doses distribuídas da vacina da *Sinovac/Butantan*, o ESTADO DE SÃO PAULO ficou com 271.200, o que equivale a 22,6%).

18. Independentemente da opção administrativa feita pelo Ministério da Saúde, fato é que a alteração brusca dos critérios foi feita desacompanhada de qualquer documento oficial capaz de ilustrar e explicar, de maneira transparente, a motivação e a metodologia que passaram a ser utilizadas a partir de então.

19. No informe técnico no qual o Ministério da Saúde apresentou a 34ª Pauta de Distribuição de Imunizantes, após mencionar a reunião da Comissão Intergestores Tripartite ocorrida em 27 de julho de 2021, na qual restou definido

⁴ Com alguns ajustes pontuais em virtude de cenários mais críticos de alguns Estados, que receberam doses extras do denominado fundo estratégico, dentre os quais nunca se encontrou São Paulo.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

que a vacinação passaria a obedecer a ordem por faixa etária decrescente, apontou-se que a metodologia adotada naquela pauta levou em consideração os seguintes parâmetros:

- a) a população igual ou maior de 18 anos;**
- b) o esquema vacinal completo por tipo de vacina; e**
- c) o quantitativo de doses distribuída por UF, proporcional as faixas-etárias (independente de grupo prioritário).**

20. No mesmo informe, foi apontado como objetivo que *“todos os estados finalizem o processo de imunização sem que haja benefícios ou prejuízos à suas respectivas populações. A compensação se dará de modo gradual dos quantitativos de vacinas enviados de modo complementar (estados que receberam doses do fundo estratégico; estados com vacinação em municípios de fronteiras; atendimento a ações judiciais) e estados com maior contingente populacional de grupos prioritários”*. Já no campo destinado à explicação da metodologia, indicou-se que *“foi realizado levantamento de doses (DI) distribuídas, independente da perda operacional, até a pauta 33, por Unidade Federada, a fim de estimar a cobertura vacinação atual. O cálculo considera toda a população ainda por vacinar com idade decrescente até a idade de 18 anos daquele estado”*.

21. Realmente, em 27 de julho de 2021, foi emitido comunicado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, com indicação de que *“a operacionalização da vacinação contra Covid19 obedecerá, a partir de agora, uma vez já cumprida a distribuição de ao menos 1 dose para os grupos prioritários, a ordem por faixa etária decrescente. Após a conclusão do envio de doses para a população adulta, serão incluídos os adolescentes de 12 a 17 anos, com prioridade para aqueles com comorbidades”*, e, adicionalmente, de que deveria haver *“compensação gradual dos quantitativos de vacinas enviados de modo complementar (estados que receberam doses do fundo estratégico; estados com vacinação em municípios de fronteiras; atendimento a ações judiciais etc.) e estados com maior contingente populacional de grupos prioritários já vacinados, de modo que todos os estados deverão finalizar o processo de imunização sem que haja benefícios ou prejuízos a suas respectivas populações”*.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO


GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

22. Tanto a Coordenaria de Controle de Doenças como o Centro de Vigilância Epidemiológica do ESTADO DE SÃO PAULO posicionaram-se contrariamente tal orientação, tendo em vista que:

- a) Não houve a apresentação da metodologia de cálculo para alcançar tais “compensações”;
- b) Ela desatende às peculiaridades regionais de cada ente federativo, a começar pelo contingente populacional, o que redundava em prejuízo direto à campanha de vacinação como um todo.

23. Nada obstante essas reflexões, a orientação foi encampada pelo Ministério da Saúde e reproduzida no Informe Técnico que veiculou a 34ª Pauta de Distribuição de Imunobiológicos.

24. A inexistência de fundamentação técnica para a opção administrativa adotada na 34ª Pauta de Distribuição de Imunizantes ficou evidenciada na manhã de hoje, 12 de agosto de 2021, quando, às 08h25, foi assinada para ser disponibilizada e publicizada a metodologia que estava sendo e será utilizada pelo Ministério da Saúde, conforme Nota Técnica nº 15/2021-SECOVID/GAB/SECOVID/MS (anexa):

12/08/2021	SEI/MS - 0022125730 - Nota Técnica
 Ministério da Saúde Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à COVID-19 Gabinete	
<u>NOTA TÉCNICA Nº 15/2021-SECOVID/GAB/SECOVID/MS</u>	
1.	ASSUNTO
1.1.	Orientações referentes ao modelo de cálculo distribuição de vacinas da Covid-19.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

25. Em outras palavras, o comunicado genérico emitido pelo CONASS em 27 de julho de 2021 e encampado pelo Ministério da Saúde por ocasião da 34ª Pauta de Distribuição de Imunobiológicos apenas foi explicitado, à luz da transparência e da técnica científica, em 12 de agosto de 2021 – 15 dias após emitido e mais de uma semana após a implementação prática dos novos critérios por parte do ente federal.

26. Tais critérios – como dito no item 16 – redundaram em rateio de doses visivelmente a menor ao **ESTADO DE SÃO PAULO**, rateio este que continuou a ocorrer por ocasião das Pautas de Distribuição subsequentes, mesmo sem a existência da Nota Técnica nº 15/2021-SECOVID/GAB/SECOVID/MS.

27. Para além disso e enquanto ainda pendia a disponibilização da Nota Técnica nº 15/2021-SECOVID/GAB/SECOVID/MS – ocorrida apenas hoje, 12 de agosto de 2021, frise-se – o Ministério da Saúde não demonstrou de forma minimamente razoável, à luz mesmo dos critérios por ele indicados como utilizados na metodologia de distribuição da 34ª Pauta, os motivos que ensejaram a redução proporcional das doses das vacinas da *Pfizer/Comirnaty* direcionadas ao Estado autor.

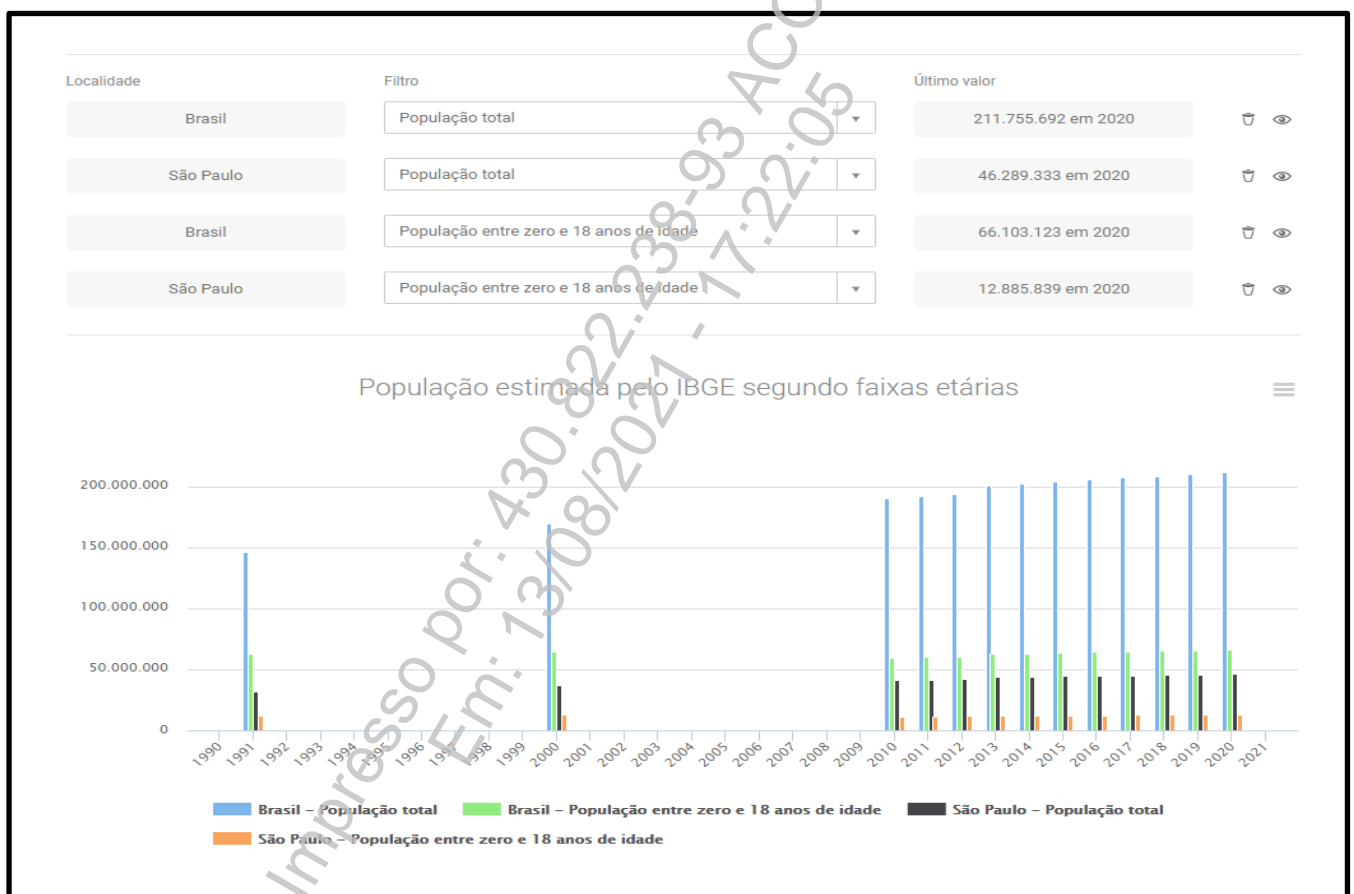
28. Conforme mencionado no item 19, acima, o Informe Técnico no qual o Ministério da Saúde apresentou a 34ª Pauta de Distribuição de Imunizantes aponta os seguintes parâmetros adotados pela Pasta para orientar a repartição das vacinas entre os Estados e Distrito Federal: a) a população igual ou maior de 18 anos; b) o esquema vacinal completo por tipo de vacina; e c) o quantitativo de doses distribuída por UF, proporcional as faixas-etárias (independente de grupo prioritário). **Nenhum desses parâmetros, todavia, justifica a diminuição percentual do quantitativo das doses das vacinas da *Pfizer/Comirnaty* indicadas ao ESTADO DE SÃO PAULO tal como feito na 34ª Pauta de Distribuição e tampouco os descontos que vêm ocorrendo nas subsequentes, haja vista que – até então – não se tinha conhecimento da metodologia que estava sendo aplicada.**



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

29. Sem considerar a Nota Técnica nº 15/2021-SECOVID/GAB/SECOVID/MS – disponibilizada apenas hoje – e levando em conta apenas os critérios genéricos indicados pelo Ministério da Saúde (item 28, acima), tem-se que, em relação ao primeiro critério indicado – população igual ou maior de 18 anos (público alvo da atual fase do PNOV) –, o **ESTADO DE SÃO PAULO** soma 33.403.494 pessoas nessa condição adulta, **equivalente à 22,9% da população adulta do Brasil** (145.652.569), conforme se observa do seguinte quadro⁵:



30. Ou seja, em relação à população brasileira, a proporção da população adulta de São Paulo é aproximadamente a mesma (até um pouco maior) do que a proporção da população geral. Portanto, pelo critério da população igual ou maior de 18 anos, não haveria razões para qualquer alteração no percentual de doses destinados ao

⁵ Informações extraídas de <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/populacao/1048-populacao-estimada-pelo-ibge-segundo-faixas-etarias?filters=1,1626;24,1626;1,1627;24,1627>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SÃO PAULO, muito menos a redução abrupta ocorrida por ocasião da 34ª Pauta de Distribuição de Imunobiológicos.

31. Por outro lado, quanto ao critério do “*quantitativo de doses distribuídas por UF, proporcional às faixas-etárias (independente de grupo prioritário)*”, o **quantitativo de doses distribuídas ao ESTADO DE SÃO PAULO (41.357.529)**, desde o início do PNOV até a 33ª pauta de distribuição, corresponde a **22,4% do total de doses distribuídas a todo o Brasil (184.488.744)**, conforme informações da plataforma eletrônica do próprio Ministério da Saúde. O percentual em questão é proporcional ao contingente populacional do **ESTADO DE SÃO PAULO**, inclusive por faixas etárias, consoante demonstrado no parágrafo anterior.

32. Por último, o critério do “*esquema vacinal completo por tipo de vacina*” igualmente não é capaz de sustentar a diminuição do percentual de doses dos imunizantes destinados ao **ESTADO DE SÃO PAULO**, porque seu esquema vacinal sempre recebeu do Ministério da Saúde aportes de imunizantes correspondentes à demanda populacional do Estado, em equânime tratamento em relação às demais unidades federativas.

33. À luz destes critérios – haja vista que a publicização da nova metodologia ocorreu apenas hoje, repita-se –, a distribuição de doses de imunizantes ao **ESTADO DE SÃO PAULO** sempre guardou consonância com o seu contingente populacional, em igualdade de condições e de tratamento por parte do Ministério da Saúde relativamente aos demais Estados e Distrito Federal.

34. A evolução e o êxito do esquema vacinal do ESTADO DE SÃO PAULO – e de cada ente subnacional – é fruto exclusivamente da gestão e operacionalização dos procedimentos para a imunização por parte das Administrações regionais e locais. Os entes subnacionais que apresentam cobertura vacinal mais adiantada não se encontram nessa situação porque receberam tratamento privilegiado ou mais doses do Ministério da Saúde, mas simplesmente porque a gestão do componente estadual do PNOV compete exclusivamente aos Estados e ao Distrito Federal que, à vista da eficiência de suas



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

gestões administrativas e operacionais, conferem maior ou menor celeridade a essa operação.

35. Ainda a esse respeito e considerando os parâmetros divulgados na 34ª Pauta de Distribuição de Imunobiológicos (item 19), conclui-se que a alteração súbita de critérios com a conseguinte redução do percentual de doses direcionadas ao **ESTADO DE SÃO PAULO** aparenta guardar correlação com o fato de sua vacinação estar em estágio mais avançado, o que, em verdade, acaba configurando verdadeira penalização à eficiência administrativa do autor e violação aos ditames da razoabilidade, princípios constitucionais e legais (art. 2º, *caput*, da Lei 9784/99) que devem sempre nortear o agir da Administração Pública.

36. Quanto a este último aspecto e ainda focando na 34ª Pauta de Distribuição, vale registrar que Estados indicados naquele documento como em situação semelhante e até mais avançada do que o **ESTADO SÃO PAULO** (como o Rio Grande do Sul, Acre, Paraná, Roraima, Amazonas) não tiveram diminuição percentual das doses de imunizantes recebidas naquela rodada comparativamente às anteriores fases de distribuição. Inexplicavelmente, somente o **ESTADO DE SÃO PAULO** foi prejudicado com redução percentual das doses dos imunizantes da *Pfizer/Comirnaty* nesta última pauta de distribuição⁶.

37. **Nesta ordem de ideias, fato é que qualquer alteração que haja na distribuição de doses aos entes subnacionais pela via do PNOV deve ser precedida de planejamento e transparência, respeitando-se, acima disso, a autonomia dos entes federativos, sob pena de – ao se alterar abruptamente um determinado critério – criar-se hipótese de ingerência da UNIÃO nas gestões administrativas regionais e locais, em evidente afronta à Constituição Federal.**

⁶ Situação percebida e noticiada pela imprensa: “Nessa distribuição da Pfizer na semana passada, de 3,6 milhões de doses, os percentuais dos estados que lideram a vacinação hoje foram os seguintes: São Paulo recebeu 20,1%; o Rio Grande do Sul, 4,5%; Mato Grosso do Sul recebeu 1,1%; o Paraná recebeu 4,9%; e Santa Catarina recebeu 3,3%. Para os outros quatro estados, a proporção de vacinas cresceu na última pauta: serão 5,9% para o Rio Grande do Sul; o Mato Grosso do Sul vai receber 2,1% da remessa; o Paraná vai ficar com 6,1% e Santa Catarina verá sua fatia aumentada para 4,1%. Apenas a fatia de São Paulo caiu, de 20,1% para 10,8% (<https://www.oantagonista.com/brasil/do-top-5-da-vacinacao-apenas-sp-recebeu-menos-doses-da-pfizer-na-ultima-remessa/>)



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

38. E é exatamente o que ocorreu a partir da 34ª Pauta de Distribuição de Imunobiológicos: sem qualquer justificativa técnica (que só foi publicizada hoje), a UNIÃO passou a operar com outra base de cálculo para distribuição de vacinas, sem aviso prévio para que o ESTADO DE SÃO PAULO e demais entes subnacionais pudessem rever todo o planejamento do componente estadual do PNOV.

39. Crente no diálogo e na boa-fé objetiva, que sempre deve permear as relações jurídicas, o ESTADO DE SÃO PAULO, tão logo tomou conhecimento da súbita alteração ocorrida, enviou, em 03 de agosto de 2021, o Ofício GS nº 2242/2021 ao Ministério da Saúde, postulando explicações sobre o ocorrido e a recomposição das doses enviadas a menor.

40. Além disso – e antes de ter que recorrer à tutela jurisdicional – engendrou inúmeras tratativas com o Ministério da Saúde, com vistas a equacionar o ocorrido e equalizar a distribuição de doses, conforme amplamente noticiado pela mídia entre os dias 05 e 11 de agosto do corrente ano.

41. Mais que isso. O ESTADO DE SÃO PAULO, por ter assento no Gabinete de Conciliação do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Plataforma Covid-19, provocou a realização de reunião extraordinária deste colegiado, ocorrida nesta tarde de 12 de agosto de 2021, a fim de expor os danos que a imediata aplicação das novas balizas para distribuição de imunizantes poderia ocasionar à população, especialmente diante das peculiaridades regionais estaduais, bem expostas no anexo Ofício GS nº 2339/2021.

42. Da citada reunião, participaram o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, a responsável pela Secretaria da Covid-19 do Ministério da Saúde, o Secretário de Estado da Saúde de São Paulo, a Coordenação de Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo, representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público do Estado de São Paulo, da Advocacia Geral da União, bem como estes subscritores, representando a Procuradoria Geral do Estado.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

43. Ao longo de mais de duas horas, buscou-se – pela via da conciliação – uma solução para o conflito instalado, tendo o **ESTADO DE SÃO PAULO** proposto formalmente um acordo para que fosse estabelecido um período de transição para a aplicação dos novos critérios adotados desde a 34ª Pauta de Distribuição de Doses, em respeito ao artigo 23, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, sobretudo diante do fato de a metodologia para tanto ter sido disponibilizada apenas durante essa mesma reunião de conciliação (vide item 24, supra).

44. **Em outras palavras:**

- a) o **ESTADO DE SÃO PAULO** se opôs à pactuação que levou à alteração das balizas de distribuição de doses no PNOV (item 22, acima);
- b) foi surpreendido com a vigência imediata destes novos critérios a partir da 34ª Pauta de Distribuição de Imunobiológicos;
- c) oficiou o Ministério da Saúde para explicações (item 39, acima);
- d) estabeleceu canal de tratativas técnicas para tentar solucionar o problema (item 40);
- e) provocou e participou, de maneira propositiva, de reunião em plataforma oficial de conciliação pré-processual (itens 41 a 43), objetivando, a um só tempo, solucionar o impasse criado, com a concessão de prazo para adaptação da gestão administrativa estadual aos novos critérios, e, também, evitar a judicialização do conflito.

45. **Não houve sucesso.**

46. Até a tarde de hoje e desde a 34ª Pauta de Distribuição, o **ESTADO DE SÃO PAULO** estava recebendo doses de imunizantes para a Covid-19 sem saber qual era exatamente a metodologia que estava sendo utilizada. Apenas a partir da tarde de hoje é que o **ESTADO DE SÃO PAULO** teve acesso a documento – também produzido hoje – explicando os critérios e os parâmetros técnicos que fundamentam as novas balizas adotadas pelo Ministério da Saúde.

47. É consabido que o motivo é um dos pressupostos de validade dos atos administrativos, sendo imprescindível que todas as ações do Poder Público – e mais



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

ainda aquelas relacionadas a políticas pública de grande relevância – sejam embasadas por fundamentos sólidos que lhes emprestem legitimidade. Nesse contexto, constitui um dos princípios da Administração Pública a motivação, que consiste justamente na publicização dos motivos determinantes dos atos do Poder Público, garantindo-se a necessária transparência às ações estatais e permitindo sobre elas seja exercido o devido escrutínio social.

48. Acerca da motivação dos atos administrativos e da sua necessidade para possibilitar que a sociedade controle as ações do Poder Público, ensina Maria Sylvia Zanella de Pietro (Direito Administrativo, 27ª ed., pg. 32) que *“a sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos”*. No mesmo sentido, a lição de Alexandre Santos de Aragão (Curso de Direito Administrativo, 2ª ed., pg. 80), para quem *“o que importa é que a motivação (e a sua publicidade) seja suficiente para possibilitar o controle sobre o ato e o debate sobre o seu conteúdo. Nesse ponto vemos a clara relação do princípio da motivação com o Estado Democrático de Direito, que deve sempre poder ser controlado, e com o devido processo legal e a ampla defesa, já que, sem conhecer a causa de um ato, não há como impugná-lo”*.

49. **Conforme já fartamente demonstrado, não houve, por parte do Ministério da Saúde, a apresentação clara dos motivos que embasaram a postura da Pasta a partir da 34ª Pauta de Distribuição de Imunobiológicos: essa apresentação apenas ocorreu hoje, 15 (quinze) dias após a aludida deliberação CONASS (item 21) e 8 (oito) dias após a liberação da citada pauta.**

50. Ainda, inexistentes até então clareza e transparência da metodologia usada, válidos eram os parâmetros **apresentados pelo Ministério da Saúde para disciplinar o rateio de vacinas entre os Estados e Distrito Federal na própria 34ª Pauta de Distribuição de Imunizantes (item 19)**. E nenhum deles, consoante detalhado no decorrer desta petição, **justifica reduções percentuais no envio de doses ao ESTADO DE SÃO PAULO, muito menos o envio de apenas 10% (dez por cento) do total de doses das vacinas da Pfizer/Comirnaty ali ocorrida.**



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

51. Nem se diga, como já sugeriram representantes do Ministério da Saúde em notícias veiculadas pela imprensa, que a redução das doses da *Pfizer/Comirnaty* atribuídas ao **ESTADO DE SÃO PAULO** seria decorrente de compensação com quantitativo maior de doses que já teriam sido entregues ao Estado autor no decorrer do PNOV. Além de a proporcionalidade populacional ser critério para a distribuição dos imunizantes mantido desde o início do PNOV, o que garante previsibilidade, precisão e evita significativas distorções nas entregas realizadas aos Estados e Distrito Federal, eventuais diferenças pontuais detectadas, para mais ou para menos, são logo corrigidas nas remessas seguintes. Tanto é que na própria 34ª pauta há a informação que nela “*foram descontadas 57.396 doses de SP referente à 33ª Pauta*”, restando claro, assim, que o corte de 50% do quantitativo esperado da *Pfizer/Comirnaty*, equivalente a aproximadas 228.150 doses, não se trata de simples compensação com suposto saldo credor do Estado autor.

52. Não havendo – até a tarde de hoje, 12 de agosto de 2021 – motivação idônea apresentada pelo Ministério da Saúde para a alteração nos critérios de distribuição de vacinas contra Covid-19 aos Estados e Distrito Federal, **caracterizada está ilegítima preterição de tratamento por parte da UNIÃO em relação ao ESTADO DE SÃO PAULO nas distribuições operadas desde a 34ª Pauta de Distribuição de Imunobiológicos, em manifesta violação ao pacto federativo delineado na Constituição da República, que não permite que o ente central subjuga a autonomia administrativa do Estado (artigo 18, Constituição Federal) e tampouco que outorgue tratamento preferencial e/ou prejudicial injustificado e desarrazoado a determinados entes subnacionais em detrimento de outros (artigo 19, III, da Constituição Federal), situação que está a ocorrer no presente caso e precisa ser prontamente corrigida por esta E. Suprema Corte.**

53. A repentina e substancial alteração dos critérios de distribuição de vacinas pelo Ministério da Saúde, desacompanhada de justificativa clara e plausível – que só surgiu hoje –, também constitui ofensa à boa-fé objetiva, à segurança jurídica e à eficiência e continuidade dos serviços essenciais de saúde que estão sendo prestados planejadamente pelo **ESTADO DE SÃO PAULO** a todas as pessoas que dele urgentemente necessitam no presente momento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

54. Com efeito, com vistas a superar a profunda crise causada pela Covid-19, o **ESTADO DE SÃO PAULO** não economizou esforços para a adoção de todas as medidas que estavam ao seu alcance para o enfrentamento da pandemia, sendo de conhecimento público e notório a proatividade e incessante busca do Estado por ações para a minoração dos malefícios causados e para pronta recuperação dos problemas que surgiram. A vacinação da população brasileira foi uma das medidas nas quais o Estado autor sempre acreditou e envidou todas as suas forças para que fosse iniciada e bem executada no país: além de ser responsável, por intermédio do **INSTITUTO BUTANTAN**, pelo início das pesquisas e da distribuição dos imunizantes no país, o **ESTADO DE SÃO PAULO** também sempre prezou pela máxima eficiência na operacionalização da vacinação em seu território, cuidando de organizar a estrutura administrativa para executar com celeridade o cronograma de vacinação, por isso sempre um dos mais adiantados do Brasil.

55. Vale aqui pontuar que o **ESTADO DE SÃO PAULO** é um dos maiores centros comerciais da América Latina e possui os dois principais terminais de acesso estrangeiro ao país: o Aeroporto Internacional de Guarulhos (o maior da América do Sul) e o Porto de Santos. Ambos são determinantes para o ingresso e circulação de pessoas pelo território nacional, o que transforma o Estado em verdadeiro celeiro de população flutuante, a qual, ainda que em trânsito, está sendo devidamente vacinada em solo paulista, tudo com a finalidade de cumprir com a missão constitucional estadual na seara da saúde pública e observar sua responsabilidade solidária ante o princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde. Tais peculiaridades em momento algum motivaram com que o Estado postulasse a revisão do percentual de envio de doses de vacinas em detrimento de outros entes federativos.

56. Oportuno repisar que, muito embora caiba à **UNIÃO** a responsabilidade de prover os entes subnacionais com as vacinas do Plano Nacional de Imunização contra a Covid-19, o **ESTADO DE SÃO PAULO** adquiriu, com recursos próprios, 4.000.000 (quatro milhões) de doses da **Coronovac**, justamente para suplementar, reforçar e acelerar a imunização de sua população, em virtude da urgente necessidade sanitária e também à vista da notória imprevisibilidade e atrasos por parte do Ministério da Saúde, tanto na aquisição quanto na efetiva entrega dos imunizantes do PNOV aos entes subnacionais, o que passou a ostentar risco adicional à saúde da população tendo em



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

vista a recente circulação da variante Delta em solo nacional. Essa mencionada aquisição suplementar de vacinas – vale consignar – foi feita à luz da jurisprudência dessa e. Corte e com base na então vigente Lei federal nº 14.124/2020.

57. **Como não poderia deixar de ser, o planejamento necessário para a continuidade e o êxito dos trabalhos de operacionalização da vacinação por parte do ESTADO DE SÃO PAULO depende da previsibilidade do quantitativo de doses de imunizantes enviadas pelo Ministério da Saúde ao Estado. A previsibilidade de doses a serem remetidas pelo Ministério da Saúde e, pois, uma das premissas para a consecução da esfera estadual do plano de imunização e permite a organização, com antecedência, de todos os Municípios e dos cidadãos, evitando a um só tempo falta ou troca de doses, dificuldades com os registros ou até comoção social.**

58. Conforme dito e redito, desde o início do PNOV e até a 33ª pauta de distribuição, foi mantida certa previsibilidade das doses encaminhadas pelo Ministério da Saúde ao **ESTADO DE SÃO PAULO** – que eram distribuídas basicamente na proporção das respectivas populações dos Estados e Distrito Federal, sendo que em todas as remessas até então realizadas foram destinadas ao Estado autor aproximadamente 20% do total de doses. **A partir da publicação da 34ª Pauta de Distribuição de Imunobiológicos, houve completa quebra de previsibilidade das doses esperadas pelo ESTADO DE SÃO PAULO, agravada pela inexistência de motivação técnica e transparente a explicar os novos critérios, que, por sua vez, foram colocados em vigor subitamente. Houve, assim, afronta direta ao regular planejamento e operacionalização de vacinação no Estado, em prejuízo a toda a população que dele seria beneficiária, situação que configura nítida ofensa à segurança jurídica.**

59. Não é demais pontuar que o princípio da segurança jurídica encontra guarida na ordem constitucional brasileira, constituindo um dos atributos do Estado Democrático de Direito, além de também estar previsto expressamente no art. 2º, *caput*, da Lei 9.784/99, que o impõe como de obediência obrigatória pela Administração Pública. Sobre o princípio da segurança jurídica e uma de suas principais vertentes, a proteção à confiança, ensina o professor Canotilho (Direito Constitucional e Teoria da Constituição, p. 256):



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

“O homem necessita de segurança para conduzir, planificar e conformar autônoma e responsabilmente a sua vida. Por isso, desde cedo se consideravam os princípios da segurança jurídica e proteção à confiança como elementos constitutivos do Estado de Direito. Estes dois princípios – segurança jurídica e proteção à confiança – andam estreitamente associados, a ponto de alguns autores considerarem o princípio da proteção da confiança como um subprincípio ou como uma dimensão específica da segurança jurídica. Em geral, considera-se que a segurança jurídica está conexiada com elementos objetivos da ordem jurídica – garantia de estabilidade jurídica, segurança de orientação e realização do direito – enquanto a proteção da confiança se prende mais com as componentes subjetivas da segurança, designadamente a calculabilidade e previsibilidade dos indivíduos em relação aos efeitos jurídicos dos atos.

60. A quebra – **injustificada** – da previsibilidade e, consecutivamente, da segurança jurídica decorrente da abrupta alteração de critérios para distribuição de vacinas ao **ESTADO DE SÃO PAULO**, além de prejudicar o bom e regular andamento do cronograma de vacinação organizado pelo Estado, configura, em última análise, prejuízo à proteção da própria vida e saúde da população, que ainda aguarda vacinação no território paulista, em razão do atraso na programação da imunização que pode ser causado pela redução – **injustificada** – da distribuição de doses ao **ESTADO DE SÃO PAULO**.

61. Por fim, é imperioso destacar que não busca o **ESTADO DE SÃO PAULO** com a presente ação ser beneficiado com mais doses de vacinas em prejuízo a outros entes federados, ou receber qualquer tipo de tratamento privilegiado por parte do Ministério da Saúde – o que seria condenável e cairia no mesmo vício de constitucionalidade que a conduta federal ora guerreada incorreu.

62. O que se pretende por meio desta ação é apenas obter um período de transição para que os novos critérios de distribuição de vacinas entrem efetivamente em vigor, notadamente em razão da inexistência – até a tarde de hoje – de motivação técnica que os explicasse, tornando nulas as divisões de imunizantes feitas com base nestes parâmetros desconhecidos desde a 34ª Pauta de Distribuição de Imunobiológicos até hoje.

63. O período de transição aqui postulado ostenta razoabilidade jurídica.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

64. Para além de afiançar a segurança jurídica e a boa-fé objetiva, o postulado período de transição permite que o **ESTADO DE SÃO PAULO** possa colocar em marcha as alterações de planejamento e gestão administrativos necessários para se adequar à nova realidade de distribuição de vacinas, o que é de curial importância a um ente federativo que detém quase um quarto da população nacional e 645 Municípios.

65. **A modulação de efeitos da alteração de um determinado cenário jurídico – ainda que seu substrato fático tenha sido construído somente em costumes – encontra base legal no artigo 23, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:**

Art. 23, LINDB – A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

66. Nesse sentido, ao alterar subitamente os critérios de distribuição de vacinas, sem apresentar justificativa técnica e plenamente ciente do que fazia, o mínimo que o Ministério da Saúde deveria ter feito era fixar prazo para adequação das administrações de saúde regionais e locais à nova realidade, conforme preconiza a lei.

67. Por fim, os critérios de distribuição que passaram a ser aplicados pelo Ministério da Saúde não podem ser utilizados para a remessa das vacinas destinadas à segunda dose, pois a dispensação de tais imunizantes deve guardar consonância técnica com os prazos estabelecidos na respectiva bula do fármaco, como inclusive já decidiu o Ministro Ricardo Lewandowski ao despachar a ADPF nº 829.

68. **Em conclusão, está aqui demonstrado:**

I) Que desde o início do PNOV, durante trinta e três remessas de imunizantes, o Ministério da Saúde sempre distribuiu ao **ESTADO DE SÃO PAULO** (e aos demais Estados/DF) as doses de vacinas em percentual aproximado ao contingente



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

populacional (o que equivale, para São Paulo, a cerca de 20%), critério objetivo, imparcial e equânime de rateio dos imunizantes entre os entes subnacionais;

II) Que a partir da 34ª remessa, ocorrida em 03 de agosto de 2021, o Ministério da Saúde passou a adotar critérios completamente diferentes e desacompanhados de justificativa e motivação técnica, violando o princípio da motivação dos atos administrativos;

III) Que, ausente a motivação técnica, os parâmetros indicados na própria 34ª Pauta ainda justificavam a distribuição de vacinas ao **ESTADO DE SÃO PAULO** pelo percentual aproximado ao contingente populacional (itens 28 a 33);

IV) Que a justificativa técnica para tal alteração foi publicizada apenas hoje, 12 de agosto de 2021, 15 (quinze) dias após a pactuação CONASS e 08 (oito) dias após a 34ª Pauta de Distribuição;

V) Que o **ESTADO DE SÃO PAULO** buscou, por todas as vias administrativas e judiciais, a solução consensual do problema, não obtendo êxito;

VI) Que a súbita adoção dos novos critérios, especialmente desacompanhados de justificativa técnica, ofende o artigo 23, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, além de violar a boa-fé objetiva, a segurança jurídica, a eficiência administrativa, a autonomia federativa e o tratamento isonômico a ser conferido aos entes federativos;

VII) Que, inexistente o período de transição a que alude o artigo 23, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e inexistente justificativa técnica para abalizar a troca de critérios, necessária se faz a recomposição dos quantitativos de vacina distribuídos ao **ESTADO DE SÃO PAULO** desde a 34ª Pauta aos percentuais até então aplicados;

VIII) Que tais critérios, ainda que submetidos a período de transição para terem aplicabilidade, não podem atingir a distribuição da segunda dose da vacina, pois



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

esta se sujeita aos prazos estabelecidos em bula, sujeitando o gestor, inclusive, a sanções administrativas, conforme despacho proferido na ADPF nº 829.

69. Em virtude de todo esse contexto fático e à luz dos fundamentos jurídicos alinhavados, é a presente para que haja:

a) a fixação de período mínimo de transição para a aplicação dos novos critérios de distribuição de vacinas contra a Covid-19, publicizados a partir da 34ª Pauta de Distribuição (ocorrida em 03 de agosto de 2021), observando-se o termo inicial de 12 de agosto de 2021, data em que disponibilizada publicamente a metodologia aplicada pelo Ministério da Saúde para essa alteração (art. 23, LINDB);

b) em razão do item “a”, a recomposição dos percentuais de distribuição de imunizantes aplicáveis ao ESTADO DE SÃO PAULO para os patamares anteriores à modificação, até que transcorra o período de transição fixado, mediante publicação imediata de pauta de distribuição suplementar;

c) a inaplicabilidade dos novos critérios à distribuição da segunda dose do imunizante, garantindo-se, assim, o tempestivo envio das vacinas necessárias à sua aplicação, conforme prazos previstos nas bulas e aprovados pelo órgão brasileiro regulamentar.

III - DA TUTELA DE URGÊNCIA – ARTIGO 300, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

70. Imperiosa a concessão da tutela de urgência, em caráter liminar, na medida em que patentes a plausibilidade jurídica do medido e o evidente perigo da demora, com risco real de inexecutabilidade do cronograma de vacinação e ao resultado útil do processo.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

71. A plausibilidade jurídica do pedido encontra-se estampada na violação frontal aos princípios da motivação administrativa, da segurança jurídica, da boa-fé objetiva, da eficiência administrativa e, também, ao artigo 23, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

72. Conforme dito ao longo deste petitório, a imposição de novo critério de distribuição de doses, desacompanhado de motivação técnica e implementado de maneira imediata, comprometeu toda a organização do componente estadual do PNOV, representando verdadeira ingerência da **UNIÃO** na autonomia e organização administrativas do **ESTADO DE SÃO PAULO**.

73. Para além disso, os novos critérios recurdaram no envio de menos doses de vacinas ao **ESTADO DE SÃO PAULO**, o que atrai inevitavelmente e de maneira cristalina, o risco à própria execução da vacinação em solo paulista, com prejuízos diretos à população. São centenas de milhares de pessoas que deixarão subitamente de ser vacinadas, embora estivessem inicialmente contempladas na expectativa de sê-lo, já que contavam com o cronograma e o planejamento feitos pelo **ESTADO DE SÃO PAULO** com base nas balizas até então aplicáveis. Os ofícios anexos enviados pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo corroboram o cenário de extrema preocupação com o futuro da vacinação estadual diante destas circunstâncias.

74. Tais balizas – repita-se – foram alteradas destituídas de qualquer motivação técnica, motivação esta que foi disponibilizada apenas 08 (oito) dias após a implementação prática dos novos parâmetros, escancarando-se a inexistência de fundamentação do ato administrativo praticado pela **UNIÃO**.

75. Além dos danos à população, que pode ficar sem as vacinas a que teria direito o **ESTADO DE SÃO PAULO**, o *periculum in mora* também é representado pelo risco ao resultado útil do processo, na medida em que **o lapso de tempo transcorrido até a decisão definitiva provavelmente será maior do que o suficiente para a evolução do PNOV para as posteriores fases do organograma da imunização, de modo que o provimento jurisdicional perseguido, acaso seja concedido apenas quando da decisão final de mérito, não terá mais proveito prático para remediar as violações ao direito e ao direito do ESTADO DE SÃO PAULO.**



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

76. Em consideração ao exposto, reconhecida a antijuridicidade do ato administrativo praticado pela UNIÃO e o risco real de comprometimento da vacinação paulista, é imperiosa a concessão da tutela antecipada, em caráter liminar, para que:

- a) seja imediatamente fixado período mínimo de transição para a aplicação dos novos critérios de distribuição de vacinas contra a Covid-19, publicizados a partir da 34ª Pauta de Distribuição (ocorrida em 03 de agosto de 2021), observando-se o termo inicial de 12 de agosto de 2021, data em que disponibilizada publicamente a metodologia aplicada pelo Ministério da Saúde para essa alteração (art. 23, LINDB);
- b) em razão do item “a”, sejam recompostos os percentuais de distribuição de imunizantes aplicáveis ao ESTADO DE SÃO PAULO para os patamares anteriores à modificação operada a partir da 34ª Pauta de Distribuição, até que transcorra o período de transição fixado;
- c) os novos critérios não possam ser aplicáveis à distribuição da segunda dose do imunizante, garantindo-se, assim, o tempestivo envio das vacinas necessárias à sua aplicação, conforme prazos previstos nas bulas e aprovados pelo órgão brasileiro regulamentar.

77. Requer, outrossim e para atendimento ao item “b”, acima, que seja liberada nova Pauta de Distribuição com caráter compensatório, corrigindo-se de imediato o problema até o transcurso do período de transição.

IV - DOS PEDIDOS

78. Ante o fartamente exposto, requer o **ESTADO DE SÃO PAULO:**

- I) concessão de tutela liminar de urgência, *inaudita altera parte*, para que:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

a) seja imediatamente fixado período mínimo de transição para a aplicação dos novos critérios de distribuição de vacinas contra a Covid-19, publicizados a partir da 34ª Pauta de Distribuição (ocorrida em 03 de agosto de 2021), observando-se o termo inicial de 12 de agosto de 2021, data em que disponibilizada publicamente a metodologia aplicada pelo Ministério da Saúde para essa alteração (art. 23, LINDB);

b) em razão do item “a”, sejam recompostos os percentuais de distribuição de imunizantes aplicáveis ao ESTADO DE SÃO PAULO para os patamares anteriores a modificação operada a partir da 34ª Pauta de Distribuição, até que transcorra o período de transição fixado, mediante liberação imediata de nova Pauta de Distribuição, com caráter compensatório;

c) os novos critérios não possam ser aplicáveis à distribuição da segunda dose do imunizante, garantindo-se, assim, o tempestivo envio das vacinas necessárias à sua aplicação, conforme prazos previstos nas bulas e aprovados pelo órgão brasileiro regulamentar.

II) após a concessão da liminar, seja a UNIÃO citada para apresentar resposta ao pedido;

III) Após o regular trâmite e instrução do feito, seja o pedido cautelar confirmado em sede final, tornando-se definitiva a prestação jurisdicional concedida liminarmente, para que haja:

a) a fixação de período mínimo de transição para a aplicação dos novos critérios de distribuição de vacinas contra a Covid-19, publicizados a partir da 34ª Pauta de Distribuição (ocorrida em 03 de agosto de 2021), observando-se o termo inicial de 12 de agosto de 2021, data em que disponibilizada publicamente a metodologia aplicada pelo Ministério da Saúde para essa alteração (art. 23, LINDB);



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

b) em razão do item “a”, a recomposição dos percentuais de distribuição de imunizantes aplicáveis ao ESTADO DE SÃO PAULO para os patamares anteriores à modificação, até que transcorra o período de transição fixado, mediante liberação imediata de nova Pauta de Distribuição, com caráter compensatório;

c) a inaplicabilidade dos novos critérios à distribuição da segunda dose do imunizante, garantindo-se, assim, o tempestivo envio das vacinas necessárias à sua aplicação, conforme prazos previstos nas bulas e aprovados pelo órgão brasileiro regulamentar.

Protesta pela produção de todas as provas em Direito admitidas.

Dá à causa o valor de R\$1.000,00 (mil reais).

Termos em que,
Pede deferimento.

De São Paulo para Brasília, 12 de agosto de 2021.

MARIA LIA P. PORTO CORONA
PROCURADORA GERAL DO ESTADO

CAMILA PINTARELLI
PROCURADORA DO ESTADO ASSESSORA
GABINETE DO PROCURADOR GERAL

DANIEL H. FERREIRA TOLENTINO
PROCURADOR DO ESTADO
CHEFE DA PROCURADORIA DO ESTADO
EM BRASÍLIA